

A construção do povo brasileiro no discurso do Jornal Nacional

GUIMARÃES, Lara Linhalis
Mestranda da Universidade Federal de Juiz de Fora-MG

Resumo

A partir da crença de que o telejornalismo contribui na identificação dos “brasileiros” como membros da família nacional, este artigo propõe reflexões centradas no seguinte questionamento: como o povo brasileiro é construído discursivamente no Jornal Nacional (JN)? Para tanto, desenvolvemos uma incursão pelo processo histórico de construção do “povo brasileiro”, empreendido por intelectuais como Silvio Romero, Gilberto Freyre e Roberto Da Matta, entre outros, a fim de encontrar vestígios discursivos nas reportagens do JN que estejam em consonância com o que pensavam acerca da “essência” da brasilidade os intelectuais referenciados. Também consideramos o papel histórico desempenhado pela Rede Globo de Televisão, via JN, na integração do país. Para que essa pesquisa se desenvolvesse, contamos com um estudo teórico interdisciplinar, e norteamos nosso olhar sobre o recorte empírico pela Análise Crítica do Discurso (ACD). Nesse sentido, buscamos compreender o discurso telejornalístico dentro de uma relação dialógica entre texto e contexto sócio-histórico, analisando as edições do JN veiculadas no período de uma semana.

Palavras-chaves

Telejornalismo; Povo Brasileiro, Identidade Nacional.

A partir da crença de que os discursos veiculados pelo Jornal Nacional (JN) contribuem na identificação dos “brasileiros” como membros da família nacional, e que a representação de uma unidade nacional é um modo de operação ideológica através do qual relações de dominação podem ser sustentadas, esta pesquisa propõe reflexões inauguradas pelo seguinte questionamento: como o povo brasileiro é construído discursivamente no JN?

Buscamos compreender os discursos hegemônicos relacionados às características do povo brasileiro, construídos a partir do final do século XIX através de uma rede articulada entre Estado e intelectuais dos mais diversos matizes ideológicos. Nesse percurso, seguimos por autores como Silvio Romero, Gilberto Freyre e Roberto Da Matta. Buscamos também entender o papel histórico-social desempenhado pela TV Globo e pelo Jornal Nacional na imaginação, por parte dos espectadores, de pertencimento à “comunidade brasileira”.

A metodologia escolhida a fim de compreender a relação contemporânea entre o Jornal Nacional e o povo brasileiro, bem como a atualização de narrativas tradicionais sobre a brasilidade no corpo das reportagens, tem como base a Análise Crítica do Discurso (ACD) e norteará nosso olhar em direção ao recorte empírico: as edições de 07 a 11/01/2008. A escolha dessa metodologia foi de extrema importância à pesquisa, pois deu conta de fazer-nos transcender da análise textual em direção ao contexto em que reverberam e são constituídos os discursos veiculados pelo JN.

Acreditamos na importância desta investigação na medida em que julgamos ser propulsora de um olhar reflexivo e crítico em direção ao universo social no qual estamos imersos, composto que está por relações sociais marcadas por confrontos ideológicos e reunidas em imaginários coletivos. E, assim, construímos uma discussão referencial e enriquecedora acerca da relação contemporânea entre telejornalismo e identidade nacional.

Implicações das interfaces Mídia-Nação

Os meios de comunicação se fazem presentes na construção das lentes com as quais enxergamos o mundo. Nossos pensamentos, nossas ações, nossos julgamentos, discursos, escolhas são orientados em muito pelos conteúdos midiáticos, resguardando a idéia de que há outras “mediações sociais” para além da esfera da mídia, seguindo a concepção do sociólogo Jesús Martín-Barbero (2006). O que não nos impede de acreditar, em companhia de estudos recentes na área da comunicação¹, que a natureza das interfaces hoje processadas entre mídia e cultura resulta em formações identitárias perpassada em diferentes ângulos e graus pela cultura da mídia.

Diversos autores cuidam em investigar a centralidade da televisão - como mídia preferencial - e do telejornalismo - como principal meio de informação - para a população brasileira. O que posiciona tanto a TV quanto o telejornal como importantes marcadores identitários contemporâneos e, na medida em que há uma relação dialética entre mídia e sociedade, como veículos de representação dos mais diversos discursos, logo, de hegemonias e ideologias e a eles articulados.

¹ Vide bibliografia, em especial os livros de Carlos Eduardo Franciscato, Stuart Hall, Muniz Sodré e Isabel Siqueira Travancas.

O imaginário acerca da nação, mais propriamente, o imaginário acerca da entidade representativa da nação – o povo brasileiro – é um dos processos posto em movimento no âmbito das instâncias referenciadas (tv e telejornalismo). Para Eugênio Bucci (2005), a TV disponibiliza um modelo de brasilidade que une a todos num “plano simbólico”, a despeito de um “plano real” marcado por rupturas, contradições e desigualdades. Em relação ao telejornalismo, a pesquisadora Beatriz Becker (2006), considera seu papel fundamental na construção simbólica acerca da idéia que temos de coletividade, dado o espaço conquistado nos lares brasileiros. Nessa mesma direção, Isabel Travancas entende o lugar da TV Globo e do Jornal Nacional como “veículos de construção de um imaginário nacional, e seus telespectadores como participantes dessa comunidade” (TRAVANCAS, 2007, p. 57).

Como podemos depreender a partir dos autores citados, a constituição de um laço unificador (WOLTON, 1997) dos brasileiros cabe em grande medida aos meios de comunicação, mais propriamente à TV Globo e a seu telejornal de maior destaque², resultando na imaginação de um povo unificado e integrado à família nacional. Como exemplo disso, o próprio discurso divulgado diariamente pela Rede Globo: a “gente se vê” na programação da emissora que é “a cara do Brasil”.

Observações recentes de João Roberto Marinho, publicadas na Folha de São Paulo no dia 02 de setembro de 2004, podem dar a dimensão da intrincada rede de discursos tecida pela emissora Global em prol da construção ou afirmação de uma identidade nacional coesa e unificada, além da noção de povo brasileiro a essa identidade vinculada. Para o sucessor do mitificado Roberto Marinho, a inauguração da Rede Globo de Televisão foi um passo decisivo na integração de um país de “contornos continentais” e, logo, na tessitura das diversidades culturais em prol de uma toada nacional unificada.

Duas missões são citadas por João Roberto Marinho como primordiais à emissora: levar ao conhecimento dos brasileiros, em tempo real, o que acontece em qualquer lugar do país e retratar todos os Brasis. E completa: “Esse modelo de produção conseguiu duas vitórias: é graças a ele que o Brasil pode ver os Brasis e é graças a ele

² Números do IBOPE (www.ibge.gov.br) sobre a amostra Painel Nacional de Televisão (PNT) nos fornece a informação de que 42% dos domicílios brasileiros pesquisados estavam sintonizados todas as noites no Jornal Nacional, às 20 horas, de janeiro a junho de 2004.

que o mundo pode ver o Brasil”. Sendo o JN o principal informativo da emissora, como a difusão de notícias via telejornal Global contribuiu para integrar a nação?

Dada a credibilidade que o JN alcançou no país, em razão de uma série de motivos sócio-históricos, é plausível dizer que o telejornal foi um dos principais investidores, na construção do senso de pertença a “família” nacional, em que pese a polêmica tese de parceria da Rede Globo com os ideais de integração nacional do Regime Militar, que teria sido alavancada especialmente via JN. A famosa e já bastante publicizada frase do presidente Médici, datada de 1972, ilustra bem uma certa consonância entre o que era exercitado em termos de política e o que era produzido em termos programação televisiva: “Fico feliz todas as noites quando assisto ao noticiário. Porque, no noticiário da Globo, o mundo está um caos, mas o Brasil está em paz” (Médici, 1972, apud. NARLOCH, junho 2005).

Para além de um olhar positivo, por vezes patriota, sobre o laço unificador dos brasileiros, seguimos a perspectivas de autores como Thompson (1995), para quem a representação de uma unidade nacional é um modo de operação da ideologia através do qual relações de dominação são estabelecidas ou sustentadas. Em diálogo com Thompson, Stuart Hall (2004) defende ser necessário refletir acerca da perspectiva de que a nação é também uma “estrutura de poder cultural”. Para ele, a produção imaginária de uma noção de pertença a uma grande família nacional almejaria, num certo sentido, a uma espécie de secundarização política acerca das diferenças como as de classe, gênero e raça. O que também nos lembra Bucci, para quem o projeto de integração nacional desenvolvido pelos governos militares e construído, num plano simbólico, pela TV brasileira, encontra hoje ecos na programação televisiva:

O que temos no Brasil hoje, na era da globalização, é ainda um produto daquele velho projeto autoritário: a gente brasileira, condenada à desigualdade, com a pior distribuição de renda do mundo, é o país que vibra unido na integração imaginária: na Copa do Mundo, no final da novela, na morte do ídolo do automobilismo, na ‘festa cívica’ das eleições presidenciais (BUCCI, 2005, p.17).

Haja vista esses direcionamentos iniciais, acreditamos que problematizar a representação do “povo brasileiro” no âmbito do telejornal em questão é uma maneira de desvelar mecanismos de manutenção/transformação do estado atual das relações de poder envolvidas na constituição de uma idéia (ou idéias) sobre a brasilidade. E nesse

sentido, caberia pensarmos de que maneira os vínculos identitários relativos à nação e à participação no coletivo “povo” são construídos discursivamente nas narrativas televisivas contemporâneas, mais especificamente, no discurso telejornalístico, de forma a articular uma rede de adesão a um modelo de identidade e ao sentimento de pertença a uma nação, imaginada e tecida a cada edição do JN.

A imaginação do povo brasileiro

A preocupação em torno do que seria a identidade nacional do país está traduzida na obra de alguns intelectuais brasileiros há mais de um século. De fato, desde o final do século XIX, quando da emergência do governo republicano e da disseminação em território nacional do que na Europa se desenvolvia, em termos de teoria, como “racismo científico”, debruçar-se sobre fontes diversas a fim de entender o “caráter nacional brasileiro”³ foi tarefa de pensadores ao longo de todo o século XX, apoiados em concepções também diversas sobre a “essência” do povo.

Nossa intenção é trazer aqui as idéias dos que se ocuparam dessa tarefa. Como a lista dos “articulistas” da identidade nacional é vasta e rica em nomes de peso, seguimos principalmente as escolhas teóricas de dois estudiosos: Thomas Skidmore⁴ e Renato Ortiz, que se ocupou da temática nacional em grande parte de sua literatura⁵. Acreditamos que os autores elencados nos textos de Skidmore e Ortiz contribuíram em muito na construção de um imaginário acerca da brasilidade que persiste, não sem diversificações e reformulações, nos dias atuais. Percepção essa reforçada quando da leitura das obras de quem Skidmore nomeou, entre outros, “os arquitetos da identidade nacional brasileira”: Silvio Romero, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro e Roberto Da Matta.

A temática da miscigenação esteve presente como foco das discussões até os anos 50. Nesse percurso, importava entender de que “massa” éramos formados, e de que maneira cada “ingrediente” determinava traços da personalidade do brasileiro, influenciado esse caminho investigativo pelas teorias européias do racismo científico

³ Referência à obra de Dante Moreira Leite, “O caráter nacional brasileiro” (1959).

⁴ Autor do livro “O Brasil visto de fora” (1994).

⁵ Dentre elas “Cultura Brasileira e Identidade Nacional” (1985) e “Moderna Tradição Brasileira” (1988).

que aportavam na “Terra Papagalli”⁶. Longe de exaltar a diversidade “genética” a partir da qual éramos constituídos, os primeiros arquitetos da brasilidade a viam, de certa forma, como a causa das mazelas sociais e inconstâncias políticas com as quais o país lidava. Também o ambiente dos “trópicos” era visto como um entrave ao desenvolvimento do país.

Para que possamos melhor entender o que norteou inicialmente o imaginário acerca do caráter nacional, vamos nos deter brevemente na perspectiva de Silvio Romero, desenvolvida no livro “História da literatura brasileira”, de 1888, logo na época em que o Brasil transitava da forma de governo monárquico para o republicano. Auto-descrito como um “darwinista social”, Romero acreditava na determinação da raça e do ambiente sobre o caráter do brasileiro, seguindo o pensamento científico que ecoava do velho mundo. Desse modo, entendia os brasileiros como um povo mestiço racialmente, “(...) quando não no sangue, nas idéias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira” (ROMERO, online, p.2). Entre as peculiaridades de seu pensamento, Romero ora era encarado como “otimista” no modo de entender a cultura brasileira, ora como “pessimista”, dado sua crença na validade de teorias deterministas.

De Romero à Gilberto Freyre temos o desenvolvimento de uma República que se dava “aos trancos e barrancos”. A falta de coesão social do governo, as constantes fraudes eleitorais e as disparidades econômicas regionais, entre outros desencantos republicanos, trouxeram instabilidade ao ideal que tomou o poder em 1889. Skidmore chegou a dizer que “a realidade brasileira (...), era uma paródia do governo democrático e representativo” (1994, p.77). No fervilhar da época em que Getúlio Vargas tomou o poder do governo brasileiro, o Modernismo trazia inovações literárias e a cultura norte-americana invadia o país, Gilberto Freyre lançava a obra “Casa-grande e Senzala” (1933) e, mais tarde, outras muitas que tratavam da história social do Brasil⁷.

Os escritos de Freyre retomaram a perspectiva da mestiçagem inaugurada pelos primeiros pensadores da identidade nacional, na medida em que o brasileiro era encarado como um homem sincrético, produto do cruzamento da cultura dos brancos

⁶ “Terra Papagalli” (2000) ou, na tradução, “Terra dos Papagaios”, é título do livro de José Roberto Torero e Marcus Aurélio Pimenta, no qual os autores desenvolvem uma paródia da época em que o Brasil fora “descoberto”.

⁷ Dentre elas, “Sobrados e Mucambos” (1936) e “Ordem e Progresso” (1959).

colonizadores, dos negros e dos índios (FREYRE, 1957). No entanto, o olhar do autor se deslocava do foco “racial” para o “cultural”, acreditando ainda que essa mistura de culturas diversas fosse um ponto positivo à formação do caráter do brasileiro. Pensando acerca da obra de Freyre, o sociólogo Renato Ortiz entende que “Casa-grande e senzala” é referencial se queremos entender o discurso do sincretismo que irrompeu na sociedade brasileira da época: a idéia de um universo “nacional” isento de contradições, onde são eliminados os possíveis antagonismos e conflitos da sociedade.

Nesse processo, como pudemos depreender, cada cultura parte da mestiçagem inaugural forneceu traços que, unificados, constituíram o ser “brasileiro”. Já Sérgio Buarque de Holanda (1995) aponta como sendo de Portugal o mérito pelo caráter atual de nossa cultura, sendo as outras influências - a do negro e do índio, mais propriamente - uma adequação a essa base “essencial”. A capacidade de adaptação dos portugueses a novas circunstâncias, o individualismo aristocrático marcante em Portugal e na colônia brasileira, a “ausência completa” de qualquer orgulho de raça ou de um “espírito militar”, seriam marcas da personalidade de nossos colonizadores que ecoariam na formação do brasileiro. Outra questão abordada por Holanda parte da crítica do autor ao Estado patriarcal português e, conseqüentemente, ao predomínio das vontades particulares em detrimento das vontades gerais (ou do interesse público, para usar um termo recorrente na pesquisa em comunicação). Essa confusão entre assuntos públicos e privados - não sem a consciência de que tratar a todos como familiares cria uma rede de interesses a ser tecida entre as partes - geraria o “homem cordial”, reunindo em seus caracteres a afabilidade, hospitalidade e generosidade.

Os anos 40 e 50, segundo Renato Ortiz, podem ser considerados como preparatórios no que diz respeito à consolidação no país de um mercado de bens culturais e, conseqüentemente, à formação de uma demanda de consumo desses bens. Características próprias desse período levaram a um deslocamento no conceito de povo e identidade nacional até então reinantes. Além disso, foi por volta de 1960 que a televisão se concretiza como mídia de grande espectro e audiência, e o Jornal Nacional, nosso objeto de análise, aparece como o primeiro telejornal em rede do país em 1969.

Em meados dos anos 50, intelectuais de matizes ideológicas diversas vão transportar o conceito de cultura para o terreno da luta de classes, o que agrega ao termo um valor de ação política, principalmente junto às classes subalternas, necessária a fim

de conscientizar a população acerca dos problemas sociais pelos quais passava o país. Com o governo militar, instituído em 1964, o modo como o Estado lidava com as dimensões política, econômica e cultural da sociedade brasileira, traçava novos rumos. O Brasil se dirigia a um modelo de desenvolvimento baseado no processo de internacionalização do capital e a indústria cultural no país começava a ganhar fôlego com a proliferação de organismos estatais e privados de comunicação massiva. O Estado era perturbado pelo seguinte questionamento: como integrar as diferenças regionais no que diz respeito à produção cultural de forma a manter a hegemonia e controle estatal?

Os elementos da mestiçagem já elevados à categoria de definidores do ser brasileiro vão ser realçados na heterogeneidade e diversidade dos traços, reafirmando a imaginação de um universo cultural isento de contradições, possibilitado pela síntese harmônica e neutralizadora das possíveis divergências inter-localidades: a ideologia da unidade na diversidade. O foco de atuação das políticas culturais é transferido à ação comunitária, que consistiria em transformar a produção popular em bens rentáveis, assegurando a subsistência às camadas populares e estimulando a criatividade popular *dentro* de uma realidade marcada por carências sociais diversas.

Dentro da proposta de “integração nacional”, planejada e controlada pelo governo através de uma série de projetos de inclusão do popular ao nacional e medidas coercitivas, o advento da mídia televisiva no país assumiu importância fundamental, papel até então desempenhado pela radiodifusão e pelo cinema, considerada a apropriação dessas linguagens pelo Estado Novo. As primeiras emissoras de televisão brasileiras foram inauguradas no início dos anos 50, entretanto, no começo de sua trajetória no país, a comunicação televisiva era uma espécie de “luxo” das elites, nas palavras do estudioso Muniz Sodré (1984, p.93). Só a partir dos anos 60 é que a televisão assume de fato seu caráter “comercial”, isso porque, como afirma Sodré, “Já se faziam sentir os efeitos da ampliação do consumo industrial impulsionado na década anterior e, (...) já estava bem delineado um perfil urbano de consumo” (1984, p. 97).

A TV Excelsior foi quem montou primeiro um esquema publicitário com vistas a atingir um grande mercado consumidor. Mas só com o surgimento da TV Globo é que o modelo comercial de televisão instaurou-se de fato no país. Em 1957, o presidente Juscelino Kubitschek outorgou à Rádio Globo SA o direito para estabelecer uma

estação de radiotelevisão na cidade do Rio de Janeiro. Oito anos mais tarde, entrava ao ar em rede nacional a Rede Globo de Televisão, então *Canal 4* do Rio de Janeiro, e não demorou muito para se tornar a emissora pioneira em inovações técnicas, gerenciais e artísticas (REZENDE, 2000).

As transmissões via satélite e as ligações por microondas tornaram possível o surgimento das redes de televisão, o que, conseqüentemente, contribuiu na integração imaginária do país, ao transmitir as mesmas imagens, sons e palavras de norte a sul, leste a oeste do território, assim como potencializou o contato, mesmo que imagético ou virtual, com o que se passava no restante do mundo. Foi esse contexto inovador, não sem considerar a rede de interesses que se formava entre a emissora e os militares, que subsidiou o lançamento do *Jornal Nacional*, em 1969. Segundo Guilherme Jorge Rezende (2000), o progresso tecnológico e o rigor no planejamento produtivo do telejornal inauguraram um novo modelo de telejornalismo, baseado em muito no primor formal e na profissionalização da equipe responsável.

O que importa reter desse esboço da constituição de uma indústria cultural no país é a nova perspectiva sobre o “popular” e o “nacional” que se delineava. Do povoação, passamos à vinculação do popular ao grande público consumidor do mercado de bens simbólicos que se estruturava no país, trazendo a correspondência povo-consumidor (ou povo-massa). A concepção de identidade nacional, por outro lado, passa a ser entendida como “a interligação dos consumidores potenciais espalhados pelo território nacional” (ORTIZ, 1994, p.165).

No fervilhar desse processo, os antropólogos Darcy Ribeiro e, mais tarde, Roberto Da Matta, desenvolviam suas pesquisas a respeito do que faz o Brasil, Brasil⁸. Tanto Darcy, quanto Da Matta, procederam, em menor e maior ênfase, respectivamente, à ruptura da concepção racial que marcava a literatura sobre a identidade nacional brasileira até então. Por mais que esse caminho de distanciamento da perspectiva racial já tivesse sido iniciado nas primeiras décadas do século passado, a exemplo da posição de Gilberto Freyre em “*Casa-grande e Senzala*” e em obras subseqüentes, a explicação do caráter nacional a partir das configurações histórico-culturais específicas a cada formação social instaurou-se como paradigma à grande parte da intelectualidade brasileira.

⁸ Referência ao livro de Roberto Da Matta, “O que faz o Brasil, Brasil?” (1984)

Em entrevista à equipe da TV Cultura, durante a realização de documentário sobre o livro “O povo brasileiro” (1995), Darcy Ribeiro, autor da obra, afirma que “no Brasil a mestiçagem sempre se fez com muita alegria, e se fez desde o primeiro dia (...)” (RIBEIRO, 1995, online). Percepção que não o exime de destacar a dimensão da “tragédia da gente brasileira”⁹, sendo uma mudança política radical de esquerda, acreditava, a forma possível de redenção do país, marcado que era pela originária espoliação colonial e exploração patronal reunidos sob a denominação de “herança maldita”.

Em companhia de Ribeiro no desmonte de alguns mitos acerca da brasilidade, o também antropólogo Roberto Da Matta, no corpo de sua literatura, vai proceder a uma relativização da “fábula das três raças” e da idéia tradicionalmente aceita de que houve uma relativa evolução racial harmoniosa no país, destacando, em relação à primeira, sua natureza enquanto “ideologia dominante, abrangente, capaz de permear a visão do povo, dos intelectuais, dos políticos e dos acadêmicos de esquerda e de direita, uns e outros gritando pela mestiçagem e se utilizando do ‘branco’, do ‘negro’ e do ‘índio’ como as unidades básicas através das quais se realiza a exploração ou a redenção das massas” (DA MATTA, 1981, p.63). Além das referidas desconstruções, Da Matta (1984) desenvolve o conceito de “jeitinho brasileiro” como a capacidade de contornar certos ditames consensuais em benefício próprio, baseada em muito na troca de favores, no apelo emocional e na corrupção das leis. Interessante perceber como esse jeitinho pode assumir ares de ponto positivo na personalidade do brasileiro, associado à malandragem e à esperteza.

Todo esse processo de constituição de um imaginário “polifônico” acerca da brasilidade encontra-se ainda em processo, e sempre o estará, na medida em que os contextos em que são pensadas e exercitadas as relações com a nação também são mutantes. O fato é que não podemos negar a influência dos intelectuais citados, bem como das noções de povo construídas por governos ao longo de todo esse percurso de imaginação da identidade brasileira, na auto-noção do brasileiro enquanto membro de uma grande família nacional e possuidor de traços de personalidade unificados.

O imaginário coletivo acerca do “caráter povo” tem sido exercitado em diversos níveis sociais, desde através de políticas culturais, à educação forma e informal.

⁹ Como destaca Eugênio Bucci (2005) a respeito da obra de Darcy Ribeiro.

Incluimos como agente de potencial educativo “informal” na atualidade os meios de comunicação de massa, dos quais nos ocupamos neste artigo trazendo uma análise acerca do telejornalismo, ou, mais propriamente, do Jornal Nacional em sua contemporaneidade.

Se direcionarmos nosso olhar às representações midiáticas mais freqüentemente acessadas nos lares brasileiros (e nesse sentido, potencialmente mais passíveis de se tornarem referências na constituição identitária dos espectadores), perguntamo-nos: é possível hoje perceber vestígios do “homem cordial” ou do brasileiro que tem um “jeitinho” particular, da forma como nos caracteriza respectivamente Buarque de Holanda e Da Matta? Encontramos o brasileiro receptivo, resignado e criativo de Gilberto Freyre, ou o povo de Darcy Ribeiro, aquela gente mestiça e que alimenta uma alegria enorme de viver?

Análise Crítica do Discurso sobre o povo brasileiro no JN

Para que pudéssemos desenvolver nossa investigação, as edições do JN de 07 a 11 de janeiro de 2008 foram escolhidas como recorte empírico. As reportagens “nacionais” constituíram nosso foco, entretanto, em razão da importância dentro do corpo de respostas possíveis, uma reportagem “internacional” envolvendo o governo brasileiro, foi incorporada à análise, intitulada, segundo informa site do JN¹⁰, “Libertadas duas reféns das Farc” (10/01/2008).

Do conjunto de reportagens observadas, algumas impressões sobre como o povo brasileiro é tratado foram gerais. Aspectos como a resignação, o sofrimento (e a maneira particular de lidar com ele), o tratamento do “povo” como vítima (do governo, das empresas, da natureza em fúria, de doenças), a solidariedade e a cordialidade dos brasileiros ficaram em evidência. De um lado o povo, do outro lado, os governantes, ora como instituição inoperante, ora como único agente capaz de resolver problemas e transformar a sociedade. Essas categorias ou características da brasilidade foram observadas e estão organizadas nas reportagens a partir do enlace das três dimensões do discurso de Fairclough (texto, prática discursiva e prática social).

¹⁰ www.jornalnacional.globo.com

Em relação à estrutura geral dos textos observamos o que Iluska Coutinho (2003) denominou “dramaturgia do telejornal”: as reportagens, no geral, estão organizadas a partir de uma estrutura dramática, com a utilização freqüente de personagens (o aposentado, a dona-de-casa, o sertanejo, o motorista, a bordadeira, o feirante) e a apresentação de um conflito, com o qual esses personagens “populares” estão envolvidos. Ora o conflito é resolvido pelo Estado, ora é o Estado o causador do conflito. Como exemplo, a reportagem intitulada “Novas regras para empréstimo” (07/01/2008), que se desenvolve inicialmente da seguinte forma:

O aposentado Carlos Augusto Silva foi, nesta segunda-feira, ao banco em busca de um empréstimo urgente de R\$ 500. Ficou decepcionado. Estão suspensos os empréstimos consignados para aposentados, aqueles em que a prestação é descontada do benefício que ele recebe mensalmente. "Infelizmente sou obrigado a passar um pouco apertado e tirar um pouco do que eu ganho para pagar essas dívidas que eu tenho", lamentou o aposentado. O Ministério da Previdência diz que o consignado foi suspenso, temporariamente, para uma mudança nas regras do empréstimo. O objetivo é atender a uma antiga reivindicação das associações de aposentados: um cartão de crédito com juros baixos (JORNAL NACIONAL, online).

O personagem – o aposentado Carlos Augusto Silva – é colocado diante de um conflito – a suspensão dos empréstimos consignados. Fica lamentoso e decepcionado, afinal, será “obrigado” a tirar um pouco do que ganha para pagar as dívidas. Em seguida, apresenta-se a solução/explicação do conflito, dada pelo Ministério da Previdência: há uma suspensão temporária dos empréstimos para que seja criado um cartão de crédito com juros baixos para os aposentados. Sem entrar na questão da substituição da notícia pelo conflito, e trazendo para nosso campo de análise, a fala do aposentado, no segundo parágrafo, exemplifica bem o tratamento geral do brasileiro como “vítima”, mas que consegue dar uma jeitinho na situação (“tirar um pouco do que eu ganho”), *dentro* do quadro situacional em que se encontra. Em relação ao discurso sobre o governo, há tanto uma crítica implícita à inoperância do Estado - quando é enfatizada a “urgência” do empréstimo e o fato de que o aposentado terá que contornar a situação passando um pouco apertado – assim como há um tom patriarcal enfatizado na seguinte fala do ministro interino da Previdência: "Para que os aposentados possam entrar neste mercado de crédito, possam comprar parcelado, sem juros, enfim, como um consumidor normal, só que sem as taxas de juros que um cartão de crédito normal cobra".

Além de sofrer, por vezes, com a inoperância do Estado, o povo do JN, no período analisado, sofreu bastante com a “fúria” da natureza. Em matéria intitulada “Temporal abre cratera na BR-101” (09/01/2008) há depoimentos de moradores do norte do ES, região onde uma enorme cratera se abriu no meio do asfalto, acompanhados de imagens em planos médio ou fechado, sendo o elemento humano destacado em seu desconsolo: “Desastre total. Perdemos tudo que tinha dentro”, “Embaixo da água, minhas coisas, tudo”. No dia seguinte, a continuação da matéria, intitulada “Cratera na BR-101 atrapalha tráfego” (10/01/2008), dá conta de outra faceta do caráter brasileiro, segundo o JN, mesmo não sendo a explicitação dessa faceta o foco da reportagem. A solidariedade para com os mesmos, bem como a capacidade de superar as dificuldades e de começar de novo, “apesar de tanta tristeza”, são discursos tecidos na seqüência de texto a seguir:

(...) Nas cidades atingidas pelo temporal, o dia foi de recomeço. Nas casas, as marcas de água nas paredes passam de dois metros de altura. *Apesar de tanta tristeza*, os moradores dizem que se sentem um pouco aliviados por não terem perdido vidas. “O importante é a vida de todo mundo que está vivo. No que deu para ajudar, nós ajudamos, apesar de tudo”, emocionou-se um morador (JORNAL NACIONAL, online).

A reportagem “Estão faltando nota e moeda de R\$ 1” (11/01/2008) representa bem a perspectiva do JN de que o povo brasileiro é a parte “bonita” do país, através da preocupação do feirante Wilson. Para ele, moeda ou nota, tanto faz: “Uma das duas resolve. O importante é ter troco para dar para o freguês”, conta. Aqui também encontramos uma estrutura narrativa marcadamente baseada no drama. Dois personagens iniciais - um feirante e um taxista - e um conflito: “Nota de R\$ 1 é coisa rara”, constata o segundo. A explicação sobre esse fato, quem dá é o Banco Central, que “recolhe as notas velhas, rasgadas, e troca por moedas, que duram mais”. O conflito estaria resolvido, não fosse a prudência das donas-de-casa brasileiras: “Eu deixo as moedas em casa, no cofrinho”, explica a dona-de-casa Vitória Andrade. Aqui, fica implícito um certo individualismo, mas que é apagado pela qualidade “prudente” da ação (guardar dinheiro com um objetivo certo ou por pura cautela).

No Brasil do JN, a chuva destrói, mas também traz alegria e esperança para quem precisa dela, como os “sertanejos” do Ceará. Em matéria intitulada “Chuva muda paisagem no Ceará e anima sertanejos” (09/01/2008), a fé, a resignação e a alegria do

povo também são evocadas, seja na composição das imagens – o homem em primeiro plano, a paisagem seca em segundo plano – seja ao apresentar, como desfecho da reportagem, um sertanejo cantando em meio a um cenário adverso. A “chave de ouro”, outra característica da teledramaturgia, é antecedida pela seguinte explicação: “O agricultor Raimundo não duvida desta previsão nem abandona a fé. É o incentivo que ele precisa para plantar e compor”.

Outro discurso sobre a brasilidade é evocado por diversas vezes no período analisado: a cordialidade do povo. Essa cordialidade não é concebida como traço negativo do caráter, mas como uma legítima “esperteza” dos brasileiros, exercitando a máxima bíblica “é dando que se recebe” e integrando o famoso “jeitinho brasileiro”. Nesse exercício, o governo é aproximado do povo. Relações cordiais são evocadas como uma característica positiva da brasilidade na matéria “Libertadas duas reféns das Farc” (10/01/2008). Segundo indica o texto, toda a negociação de libertação das reféns foi acompanhada pelo governo brasileiro, que comemora o final feliz, já que, segundo o assessor da Presidência da República, “vai suscitar outros tipos de acordos”. Na matéria “Hora de negociar o aluguel” (07/01/2008), a cordialidade do brasileiro é quem pode resolver o conflito instaurado. Maria Célia, proprietária de imóvel, explica essa relação: “Tenho certeza que se eu aumentar vai onerar e muito a parte financeira deles. Então prefiro deixar do jeito que está e receber o dinheiro em dia”.

Considerações finais

Refletimos no geral de que maneira o telejornalismo, enquanto discurso, reatualiza a narrativa da identidade nacional. Mais especificamente, buscamos compreender o papel do JN na imaginação do povo brasileiro. Com base em um corpo teórico interdisciplinar e na metodologia proposta pela Análise Crítica do Discurso (ACD), pudemos depreender vestígios de idéias sobre a brasilidade marcadas por uma concepção essencialista de identidade. Nesse sentido, ergue-se das reportagens do JN um povo unificado, solidário, criativo e resignado, ora resvalando para a ingenuidade, ora para a cordialidade. A estrutura narrativa utilizada na conformação do discurso sobre a brasilidade está adequada à concepção de “dramaturgia no telejornal”, principalmente no que diz respeito à utilização de personagens e conflitos. Essa

embalagem dramática da informação, ao envolver o espectador tal como envolve uma narrativa ficcional, contribui na reprodução/legitimação de uma “história” nacional conhecida, baseada em discursos (ações e personagens) historicamente naturalizados, ou seja, já arraigados no imaginário coletivo.

Seríamos mesmo tão unificados em nosso caráter ou temos mesmo uma essência em comum? Para Dona Dilce da Silva, a personagem-costureira da reportagem “Moda gera empregos no Rio” (09/01/2008), a *top model* Gisele Bündchen e ela estão interligadas por uma relação de dependência, por um laço social imaginado. Na matéria, Dona Dilce é enfática “Nós não seríamos nada sem ela, que é uma modelo. E a modelo não seria nada sem nós, que somos as bordadeiras”. Aqui, o laço, mais à frente, a qualidade do laço. É a mesma Dona Dilce que diz, ao final da reportagem: “Verdadeiramente? Eu gostaria de ser uma delas e estar na passarela também”. Por trás de um possível “sonho de adolescente”, reside a perspectiva de que nem todos os que participam da rede nacional estão satisfeitos com a posição que ocupam. Entre Giseles e Dilces, somos todos bem diferentes, a não ser pela imaginação conjunta de que somos todos iguais.

É interessante destacar que sob as asas da denominação “nacional” circulam situações de subordinação, relações de poder solidamente construídas, desigualdades sociais, preconceitos, conformismos e resistências. Importante notar também que, ao partilharmos um imaginário acerca do “caráter do povo”, ou seja, ao interiorizarmos, de certa forma, a existência de traços marcantes da personalidade do brasileiro, inconsciente ou conscientemente, excluimos da égide “povo brasileiro” toda uma diversidade de expressões identitárias que não se encaixa nesses caracteres ideais, tais como a festividade, alegria, resignação, solidariedade, cordialidade, hospitalidade e o espírito pacífico.

Tais vocábulos conceituais, entre outros, foram realçados como caráter da brasilidade, em maior e menor grau, pelos referenciados intelectuais que se debruçaram sobre o entendimento acerca da identidade nacional, os quais assumiram importância central na imaginação de um *folk* naturalmente brasileiro. Isso na medida em que desenvolveram suas idéias em um momento de (re) descoberta do Brasil e tiveram suas idéias apropriadas e romantizadas por governos diversos a fim de construir um povo, digamos, mais facilmente passível de ser governado. Um povo que, por ser

constantemente representado como a parte “bonita” do Brasil (e todos os adjetivos que disso resultam), pode ser assim mais facilmente controlado.

Dissemos essas palavras mais “duras” por que, apesar de um certo conforto ou aumento na auto-estima de quem se sente assim representado (como a parte “bonita” do Brasil), julgamos importante pensar em que medida a interiorização desses adjetivos auxilia no exercício da cidadania e na noção de cidadão a ela articulada, em que medida auxilia na transformação/manutenção das relações de poder e, também, em que sentido uma visão unificada de identidade nacional corresponde a um contexto contemporâneo perpassado por fluxos comunicacionais múltiplos. Dito de forma resumida: é importante nos perguntarmos se o Brasil da TV encontra correspondência com o Brasil real, aquele do dia-a-dia, ou ao menos se o povo brasileiro, o do cotidiano das ruas e das casas, é tão unificado quanto aquele que aparece na telinha.

Bibliografia

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal**: um estudo sobre a cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2005.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em Tempo de TV**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do Telejornalismo Brasileiro**: a estrutura narrativa das notícias em televisão. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, 2003.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel Magalhães. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Lisboa: Livros do Brasil, 1957.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JORNAL NACIONAL. **Últimas edições**. Disponível em www.jornalnacional.globo.com. Acessado em: 13 jan. 2008.

MARINHO, João Roberto Marinho. **A TV não é o problema**. In: Folha de São Paulo. Editoria de Opinião. São Paulo, 02 de setembro de 2004.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **A moderna tradição brasileira:** cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil:** um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **O Povo Brasileiro.** Disponível em: <http://www.tvcultura.com.br/aloescola/estudosbrasileiros/index.htm>. Acessado em: 13 jan. 2008.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira.** Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2128. Acessado em: 2 de mar. 2008.

SKIDMORE, Thomas. **Construindo uma identidade nacional.** In: O Brasil visto de fora. Trad. Susan Semler. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SODRÉ, Muniz. **O monopólio da fala:** função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **Juventude e Televisão:** um estudo de recepção do Jornal Nacional entre jovens universitários cariocas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna.** Petrópolis: Vozes, 1995.

VIZEU, Alfredo Eurico; MOTA, Célia Ladeira; PORCELLO, Flávio A.C. (orgs). **Telejornalismo: a nova praça pública.** Florianópolis: Insular, 2006.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público.** Editora Ática, 1996.